

Tite recebe estudo técnico da USCS sobre a tarifa zero

AINDA EM SÃO CAETANO

Tite recebe estudo técnico da USCS sobre a tarifa zero

Prefeito defende que a gratuidade no transporte seja direcionada exclusivamente aos moradores

O prefeito de São Caetano, Tite Campanella (Republicanos), recebeu ontem o estudo técnico de viabilidade do programa Tarifa Zero, encomendado à USCS (Universidade Municipal de São Caetano). O relatório, que detalha os impactos técnicos, operacionais e financeiros da gratuidade nos ônibus da cidade, foi entregue formalmente pelo reitor da instituição, Leandro Prearo, e pelos professores Enio Moro Júnior e Volney Gouveia.

Em vigor desde o dia 1º de novembro de 2023, a gratuidade registrou um salto de 300% no volume diário de passageiros, marca que superou as projeções iniciais da administração, que estimavam, no máximo, o dobro de usuários.

Em entrevista ao *Diário*, o chefe do Executivo criticou a modelagem inicial e argumentou que o programa foi implementado sem planejamento, o que resultou na piora da qualidade do serviço e onerou os cofres públicos em R\$ 50 milhões por ano.

Diante do diagnóstico de de-

sequilíbrio fiscal e operacional, a entrega do material técnico chanceia a proposta defendida por Campanella de restringir o benefício da gratuidade.

Com a reformulação do sistema, os usuários de outras cidades perderão o direito ao subsídio integral e voltarão a pagar passagem, garantindo o transporte gratuito exclusivamente para os residentes de São Caetano.

“Esse estudo é muito importante para que possamos seguir em frente no planejamento de garantir ao morador de

São Caetano um transporte público de qualidade”, declarou o prefeito.

O levantamento desenvolvido pela universidade contribuirá para subsidiar análises sobre impacto financeiro, demanda de usuários e eficiência do sistema.

Cadastro municipal que também serviria de base para restrição da gratuidade no transporte aos são-caetanenses, o SancaGov foi suspenso pelo TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) no último dia 21, após ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) ajuizada pelo Psol. O relator Campos Melo acatou pedido de medida cautelar, já que o cadastro representa “a possibilidade de restrição do acesso da população aos serviços públicos prestados pela municipalidade”.

da Redação



ESTUDO. Prearo, Moro Júnior, Tite e Gouveia em reunião, ontem

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política/Regional/Nacional **Página:** 4